



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Município de Porto Vera Cruz**  
**Unidade de Controle Interno**  
**EXERCÍCIO DE 2015**



**RELATÓRIO E PARECER**  
**DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Na qualidade de responsáveis pela Unidade de Controle Interno - UCI do Município de PORTO VERA CRUZ -RS apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2015, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 113, inciso I, letra 'b' da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002 e Art. 2º. Inc. I letra b da Resolução 962/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, inicialmente, que a Unidade de Controle Interno do Município foi criada através da Lei nº 1.227 de 23 de outubro de 2013 e foi regulamentada pelo Decreto nº 1.424 de 23 de outubro de 2013, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 4.381 de 24 de outubro de 2013 e Portaria nº 5.092 de 10 de março de 2016.

Além das atividades permanentes desenvolve também as programadas no plano anual de trabalho bem como outras que apresentem -se no decorrer do ano, com o objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos, bem como avaliação dos resultados obtidos pelos órgãos públicos, e com atuação no Executivo e Legislativo Municipal.

Além disso participamos de diversas reuniões com os Secretários Municipais, Assessores e Diretores, prestamos informações a servidores que nos procuraram para esclarecer dúvidas em relação ao trabalho efetuado.

A UCI está trabalhando com o intuito de elaborar e sugerir a implantação gradativa de normas internas operacionais nos diversos setores do Executivo e também do Legislativo Municipal, bem como na verificação da correta aplicação das já implantadas.

Realizamos bimestralmente o acompanhamento da execução orçamentária, através da avaliação do RREO, quanto a elaboração, a forma de publicação, os prazos, os demonstrativos obrigatórios, os gastos com MDE, ASPS e FUNDEB e as receitas de operações de créditos buscando verificar a existência do equilíbrio entre a receita prevista, realizada e as despesas efetuadas, bem como o cumprimento da LRF.

Acompanhamos o processo de elaboração da LDO, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no PPA, LDO e LOA do município, o atingimento de metas estabelecidas e prestação de contas à sociedade através da participação da audiência pública.

Através do SIAPES e do SAPIEM analisamos a contratação e os processos de aposentadoria dos servidores públicos municipais emitindo o parecer da UCI.

A UCI tem apoiado o Controle Externo efetuado pelo TCE/RS no exercício de sua missão institucional através do fornecimento das informações solicitadas e respostas aos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Porto Vera Cruz  
Unidade de Controle Interno  
EXERCÍCIO DE 2015



questionários, bem como através de prestação de informações informais e formais ao Poder Legislativo Municipal.

Com a finalidade de manter resguardada a integridade das ações, devemos estar sempre atentos à permanente atualização e aprimoramento da evolução das normas técnicas e atividades inerentes à atuação dos membros da UCI, por isso realizamos treinamentos visando o aperfeiçoamento das atividades e buscando manter -se atualizados quando a novas ou alterações das normas legais.

No tocante ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O Município realizou operações de crédito, apresentando a seguinte situação:

Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, bem como art. 167, inciso III da Constituição Federal elaboramos os seguintes quadros demonstrativos:

Receita Corrente Líquida	10.104.287,26	
Montante das Operações de Credito Realizadas	0,00	
Limite Legal Cfe Art. 7º da Resolução 43/2001	1.616.685,96	(= 16% s/ RCL
Limite de Alerta Cfe. Art. 59 § 1º, III da LRF	1.455.017,37	(= 14,4% s/RCL

Operações de Crédito Realizadas (A)	0,00	
Despesas de Capital - Despesa Liquidadas (B)	405.857,39	
(-) Inc. Fiscais a Contribuintes LRF Art. 32, § 3º, I (C)	0,00	
Diferença (A - (B - C))	-405.857,39	

Verifica-se pelo acima exposto que o montante das operações de crédito realizadas em 2015 foi de R\$ 0,00, correspondendo a 0,00% da Receita Corrente Líquida, atendendo ao disposto Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Verifica -se também, para fins do art. 167, inciso III da Constituição Federal, que o total das operações de crédito não excedeu o montante das despesas de capital deduzidas dos incentivos fiscais a contribuintes.

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA - (ARO):

O Município não realizou operações de crédito por antecipação da receita orçamentária no exercício de 2015.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Porto Vera Cruz  
Unidade de Controle Interno  
EXERCÍCIO DE 2015



## RESTOS A PAGAR:

Quanto aos restos a pagar verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2015, revela que o total de empenhos a liquidar foi de R\$ 672.027,13 e o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$ R\$ 233.627,17. Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos, somados às demais obrigações financeiras a pagar, com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2015 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12			
Recurso	Disponível 31/12	A Pagar 31/12	Saldo
0001 Recursos Livres	483.451,37	200.468,07	282.983,30
0020 MDE	52.647,74	9.871,55	42.776,19
0031 FUNDEB	17.408,21	0,00	17.408,21
0040 ASPS	49.237,54	48.563,19	674,35
0050 RPPS	9.112.616,71	24.156,15	9.088.460,56
1011 PDDE	5.017,64	0,00	5.017,64
1026 Transp. Escolar Fundam - estado	16.796,82	16.796,82	0,00
1036 Transporte Escolar - PNATE-FNDE	7.557,11	3.000,00	4.557,11
1042 CIDE - Infra-Estrutura Transportes	3.285,15	12,00	3.273,15
1047 Fundo de Iluminação Pública -FIP	4.755,82	3.600,00	1.155,82
1048 Merenda Escolar-Uniao	1.759,53	3.093,59	-1.334,06
1057 Salario Educação Uniao	26.855,62	292,40	26.563,22
1074 FMASIGDBF-Prog.Índice Ge Desem-Bolsa Família	24.026,14	8.334,50	15.691,64
1085 OASF	2.997,37	855,20	2.142,17
1088 PNAEM- ALIM ESCOLAR ENS MEDIO-fnde	406,32	263,75	142,57
1089 PNATEM-FNDE TRANS ESC MEDIO	5.231,01	2.954,10	2.276,91
1091 Construcao Ponte Tateto	125.101,60	249.887,96	-124.786,36
1102 PNAE- Alim Escolar Pre-Escola-FNDE	809,03	721,49	87,54
1103 PNAE- Alim Escolar Creche-FNDE	835,50	675,41	160,09
1105 PNATE-TRANSP ESCOLAR INFANTIL	2.883,58	77,00	2.806,58
1112 Recurso alienacao sec educacao	16.003,77	0,00	16.003,77
1113 PBF-I FMAS	14.835,86	5.619,49	9.216,37
1124 PNAE-Aliment Escolar Fund-Mais Educação	53,51	0,00	53,51
1126 SCFV-Serviço de convivencia e fortalec de vinculo	34.679,91	15.304,60	19.375,31
1128 Merenda Esc. E. Medio Politecnico-PEAE-Estado	0,12	0,00	0,12
1130 Programa Apoio a Creches	0,50	0,00	0,50
1131 PROGRAMA PASSE LIVRE ESTUDANTIL	87,08	1.292,00	-1.204,92
1133 CONST ESCOLA PRONACAMPO	0,00	126.564,25	-126.564,25
1134 IGD-SUAS	3.353,92	136,00	3.217,92
1135 Brasil Carinhoso-apoio a creches	6,17	0,00	6,17
1137 Patrulha agric mecan-MAPA	0,00	74.676,00	-74.676,00
1139 alimentação escolar- ensino especial	273,27	270,20	3,07
1501 FHP-fundo de Habitação Popular	197.346,20	92.936,51	104.409,69
1503 FUNDO MUN DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO A	0,00	6.000,00	-6.000,00
1504 Fundama	0,00	1.684,00	-1.684,00
1506 Fundo Mun de Assistencia Social	0,00	2.756,58	-2.756,58
4002 Alienação de Bens adquiridos c recurso da saude	3.915,56	0,00	3.915,56



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Porto Vera Cruz  
Unidade de Controle Interno  
EXERCÍCIO DE 2015



4011 Incentivo a atenção básica	43.153,06	6.027,10	37.125,96
4040 VERA O NUMA BOA	34.677,98	0,00	34.677,98
4050 Farmacia Basica - ESTADO	1.186,77	0,00	1.186,77
4090 PSF-esf-estado	18.611,37	33,00	18.578,37
4112 LRPD-Laboratorio Regionais de Proteses Dentarias	80.773,59	8.300,00	72.473,59
4160 Primeira Infancia Melhor - ESTADO	589,21	0,00	589,21
4190 Vigilancia Epidemiologica (estado)	21.624,58	0,00	21.624,58
4292 aquis 1 automovel, 1 Ambul e 1 Van-Univ da saude	28.428,82	0,00	28.428,82
4510 PAB Fixo- UNIAO	25.251,90	542,98	24.708,92
4520 PROGR SAUDE DA FAMILIA-ESF-UNIAO	24.618,64	942,90	23.675,74
4710 Teto Financeiro da Vigilancia em Saude - UNIAO	17.278,49	1.865,72	15.412,77
4760 Vigilancia Sanitaria - UNIAO	19.605,67	0,00	19.605,67
4770 Farmacia Basica - UNIAO	2.251,67	0,00	2.251,67
4871 SIS FRONTEIRA - UNIAO	6,26	6,26	0,00
8001 EXTRA-ORÇAMENTARIO	35.719,81	17.648,24	18.071,57
<b>Total</b>	<b>10.568.013,50</b>	<b>936.229,01</b>	<b>9.631.784,49</b>

Analisando o quadro acima, verifica -se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar.

Na apuração das despesas totais com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

Receita Corrente Líquida	10.104.287,26	
Despesas Com Pessoal Computáveis nos Ultimos 12 Meses	4.697.151,09	<b>46,49</b>
Limite de Alerta Cfe. Art. 59, § 1º, II da LRF	4.910.683,61	= 48,60% s/RCL
Limite Prudencial Cfe. Art. 22, § Unico da LRF.	5.183.499,36	= 51,30% s/RCL
Limite Legal Cfe. Art. 20, III, "b" da LRF.	5.456.315,12	= 54% s/RCL

Observações: O índice de despesa com pessoal ficou em **46,49%** da Receita Corrente Líquida 2015.

A dívida consolidada líquida do município apresentou a seguinte posição em 31 de dezembro de 2015 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

Receita Corrente Líquida	10.104.287,26	% s/ RCL
Dívida Consolidada	373.049,03	
Dívida Consolidada Líquida	-413.856,86	
Limite de Emissão de Alerta Cfe. Art. 59, § 1º, III da LRF	10.912.630,24	108%
Limite Legal Cfe. Art. 3º, II da Resolução 40/2001	12.125.144,71	120%

No exercício de 2015, houve a alienação de bens integrantes do ativo tendo sido os mesmos aplicados na forma prescrita no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Município de Porto Vera Cruz**  
**Unidade de Controle Interno**  
**EXERCÍCIO DE 2015**



Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município, podem ser visualizados nos quadros a seguir :

a) Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, "a").

Receita Corrente Líquida	10.104.287,26	
Despesa Com Pessoal Computáveis Últimos 12 Meses	355.504,63	3,52 s/ RCL
Limite de Alerta Cfe. Art. 59, § Único da LRF.	545.631,51	5,4% s/ RCL
Limite Prudencial Cfe. Art. 22, § Único da LRF	575.944,37	5,7% s/ RCL
Limite Legal Cfe. Art. 20, III, "b" da LRF	606.257,24	6% s/ RCL

b) Limite da despesa com a remuneração do Vereadores (Art. 29, VII da Constituição Federal)

Receita do Município	9.755.562,15	
Remuneração de Vereadores	290.567,21	s/ Receita Municipio
Limite Legal	487.778,11	5% s/RCL

c) Gastos Totais do Poder Legislativo (Art. 59, VI da LRF e Art.29-A da Constituição Federal)

Receita efetivamente realizada no exercício anterior cfe. art.29-A da Constituição Federal)	8.941.430,97	
População do Município	1,764	Habitantes
Limite Legal para gastos totais	625.900,17	7%
Gastos Totais do Poder Legislativo	393.168,31	4,40 %

d) Despesas com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art.29-A,§ 1º da Constituição Federal)

Limite Legal para Gastos Totais	625.900,17	
Limite para Folha Pagamento	438.130,12	70% Limite
Despesas com Folha de Pagamento	363.508,37	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Porto Vera Cruz  
Unidade de Controle Interno  
EXERCÍCIO DE 2015



Quanto a inscrição de restos a pagar do Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2015, revela que o total de empenhos a liquidar foi de R\$ 5.266,28 e o total de empenhos liquidados a pagar foi de 438,80. Estes valores foram inscritos em restos a pagar não-processados e processado respectivamente. Confrontando tais empenhos, somando às demais obrigações a pagar do Poder Legislativo, com as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal temos o seguinte quadro:

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2015, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.
- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- c) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64.
- d) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil, (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos), nos termos da legislação vigente.
- e) Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.
- f) Houve controle contábil mensal das entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado.
- g) Os inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais coincidem com os registros contábeis.

## DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e revelação de saldo contábil.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2015, mediante a aplicação do seguinte teste:

<b>Saldo Anterior do Ativo Disponível (Caixa e Bancos)</b>	<b>9.094.058,21</b>
(+) Receita Orçamentária Realizada	11.368.363,68
(+) Movimento de Crédito Sistema Financeiro	2.212.007,96
	10.192.924,79
(-) Movimento de Débito no Sistema Financeiro	1.913.491,56
<b>(=) Saldos das Disponibilidades em 31/12 (Caixa e Bancos)</b>	<b>10.568.013,50</b>

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2015:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Porto Vera Cruz  
Unidade de Controle Interno  
EXERCÍCIO DE 2015



(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	12.688.514,38
(+) Outras Variações Aumentativas	24.206.803,35
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	10.798.227,18
(-) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.206.803,35
<b>(=) Resultado do Exercício (Superávit ou Déficit)</b>	<b>1.890.287,20</b>

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (anexo 14) foi aplicado o seguinte teste de relevação de saldo contábil:

	6.076.246,32
(+) ou (-) Resultado Exercício cfe. Demost. Variações Patrimoniais	1.890.287,20
<b>(=) Saldo Patrimonial do Exercício de 2015</b>	<b>7.966.533,52</b>

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando consistência das informações.

## PARECER

Diante do exposto, a Unidade de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os programas do governo municipal elencados na Lei Orçamentária do Exercício, foram adequadamente cumpridas.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota -se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando -se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

## CONCLUSÃO

No que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida e mantendo o equilíbrio das contas.

Porto Vera Cruz, RS, em 28 de março de 2016.

Ana Carla Zandona  
Controle Interno

Cláudia Bárbara Schirrmann  
Controle Interno